

PMV quer preservar visão do Convento

Proposta que limita a altura das edificações na Enseada do Suá já foi enviada à Câmara

AS 23083

A Avenida Nossa Senhora da Penha, uma das principais de Vitória, leva esse nome porque qualquer motorista ou pedestre pode avistar o Convento da Penha, em Vila Velha, de qualquer ponto de sua extensão. Entretanto, a altura de alguns edifícios da Enseada do Suá ameaça a visualização desse ponto turístico do Estado. Para preservar a visão do Convento, a Prefeitura Municipal enviou à Câmara de Vereadores proposta de alteração da lei nº 4167/94 – que define o PDU – limitando a altura das edificações.

A proposta de alteração foi estudada pelo Conselho do Plano Diretor Urbano (PDU) durante um ano. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Semurb) criou, inclusive, uma simulação gráfica de uma pessoa circulando pela Avenida Nossa Senhora da Penha até a Avenida Desembargador Santos Neves. Caso a proposta de alteração da lei seja aprovada pelos vereadores, a vista do Convento será eterna de qualquer ponto da avenida. Uma pequena parte do morro, onde está localizado o monumento histórico, também será preservado.

O presidente da Associação de Moradores da Enseada do Suá, Demétrio Tedesco, disse que prefere estudar melhor o teor do projeto antes de se pronunciar.

BASE – O cruzamento da Avenida Desembargador Santos Neves com a Avenida Nossa Senhora da Penha foi tomado como base para as análises e discussões. A partir dele foi traçado um prisma de visibilidade, tendo como referência a região do morro do Convento.

A altura máxima dos prédios, no horizonte da Reta da Penha, fica limitada a seis andares. Porém, quanto mais longe do convento ficar a construção, menor ela deve ser. Os prédios localizados nas laterais da avenida também terão limitações, num sistema similar, mas com o limite de altura diferenciado, tendo como referência as construções já existentes. Por esse método, as construções formam uma rampa, em vez de uma barreira.

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), disse que a alteração do projeto original do PDU da Enseada do Suá é de grande importância para o turismo do Estado, uma vez que muitas pessoas visitam o Estado para conhecer o Convento da Penha. “Não podemos correr o risco de perder essa paisagem tão importante para o Estado”, declarou, acrescentando que foram feitos inúmeros estudos para a alteração do PDU do bairro e contratados consultores para analisar as possíveis mudanças.

Vereadores tentam derrubar veto

A polêmica sobre a mudança do Plano Diretor Urbano (PDU) da orla de Camburi, – na parte que faz fronteira com Jardim da Penha – está longe de acabar. Na última quinta-feira, o prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), vetou o projeto nº 5.084/98, que prevê a alteração do PDU que está em vigor desde 1994 (lei 4.167) no bairro.

PMV quer
casaa,

Como o projeto foi aprovado por 17 votos contra apenas um, alguns vereadores já se manifestaram, garantindo que vão derrubar o veto do prefeito. O presidente do Legislativo, José Coimbra (PSDB), pretende realizar uma audiência pública com as partes interessadas antes que a matéria entre em pauta e o vereador Hélio Gualberto (PSB) disse que votará a favor do veto.

O projeto que está em vigor proíbe a construção de prédios com mais de cinco de andares no interior do bairro e libera a altura das edifi-

cações da orla, contanto que sejam respeitadas as normas de recuo frontal e afastamento lateral. A cada pavimento de três metros ocorre um recuo de oito metros para garantir a insolação na praia e, para que haja ventilação o afastamento lateral começa com 1,5 metro de cada lado e aumenta 10 centímetros a cada andar construído.

O projeto apresentado pelos vereadores modifica o PDU atual, limitando para cinco andares a altura das edificações na orla que faz fronteira com o bairro. A matéria foi aprovada no dia 25 de agosto com a pressão dos moradores de Jardim da Penha que lotaram as galerias da Câmara Municipal, mas o prefeito a vetou na última quinta-feira. O presidente da Associação de Moradores do bairro, Rodolpho Dalla Bernardina, disse que vai entrar em contato com os vereadores para que eles derrubem o veto do prefeito.

POSIÇÃO – Alguns vereadores, inclusive, já se manifestaram nesse sentido. Serginho Rabello (PSN) disse ontem que foi um dos idealizadores do projeto e que vai manter a sua posição. “A altura dos edifícios faz parte da cultura do bairro. Além disso, os moradores estão mobilizados nesse sentido”, explicou.

O presidente da Câmara, José Coimbra, disse que marcará uma audiência pública com a representantes da Prefeitura, moradores e empresários do setor imobiliário antes que a matéria seja votada. De acordo com ele, os vereadores estão sendo procurados por empresários e moradores e precisam participar de uma audiência pública para que possam analisar todos os argumentos. “Precisamos realizar um debate amplo porque o assunto é muito polêmico”.

Hélio Gualberto disse que vai votar a favor do veto porque acha que a orla tem característica diferenciada. Ele

lembrou que foi o único que votou contra o projeto dos vereadores, mas salientou que tudo pode acontecer quando o voto é secreto. “Não concordo com o voto secreto no legislativo. Acho que todos os vereadores deveriam votar em aberto”, disse. A Comissão de Justiça da Câmara deve receber o veto na terça-feira, e tem cinco dias para analisar a matéria. Somente depois disso, o projeto deve entrar na ordem do dia para ser votado.